

14. CONTRATO PROGRAMA – TUB/EM


Submete-se à consideração do Executivo Municipal o Contrato Programa celebrado nos termos da lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as partes se obrigam com o propósito de assegurar o pagamento pelo Município aos TUB/EM de compensações, que se anexa.



Sandra Costa
+51
P

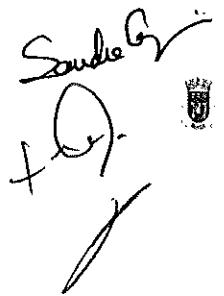
Contrato Programa 2020



Sandra Aguiar
F.O.


Índice

ÍNDICE.....	7
CONTRATO-PROGRAMA – 2020	5
CLÁUSULA 1ª – OBJETO.....	6
CLÁUSULA 2ª – OBRIGAÇÕES E DIREITOS.....	6
CLÁUSULA 3ª – JUSTIFICAÇÃO E MEDIDAS DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA	8
CLÁUSULA 4ª – MONTANTE GLOBAL E ESCALONAMENTO DO PAGAMENTO.....	9
CLÁUSULA 5ª – VIGÊNCIA DO CONTRATO	10
CLÁUSULA 6ª – INTEGRAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL.....	10
APÊNDICE I – PROJEÇÃO DAS VENDAS DE PASSES COM DESCONTOS SOCIAIS – ANO 2019 (*)	11
APÊNDICE II – RESULTADO EXPLORAÇÃO DAS LINHAS – 1º SEMESTRE 2019	12
APÊNDICE III – MAPA DA REDE REGULAR 2019	14
APÊNDICE IV – RESUMO	15



CONTRATO-PROGRAMA – 2020

1. Considerando que a empresa pública municipal, TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga – E.M. (adiante designada por TUB) assegura, no âmbito das suas atribuições enquanto empresa do setor empresarial local de capital totalmente detido pelo Município de Braga (adiante designado simplesmente por Município), a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no concelho de Braga;
2. Considerando que, no quadro da conceção de um serviço de manifesto interesse público que visa garantir a mobilidade das populações residentes em todas as freguesias do concelho de Braga é atribuída aos TUB a exploração de linhas que servem zonas de baixa densidade populacional e/ou incluem carreiras em horários de reduzida afluência de utentes, de onde decorre que tais linhas sejam por natureza deficitárias;
3. Considerando que os TUB podem exercer, nos termos estatutários, atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal;
4. Considerando que, a par do referido propósito de disponibilização de transporte a toda a população do concelho nos horários em geral pretendidos pelas populações, o Município inscreve nas suas preocupações de coesão social a prática de preços do transporte que facilitem a mobilidade de pessoas de mais baixos recursos e/ou com especiais necessidades de deslocação por razões que se relacionam com as necessidades do seu dia a dia, especialmente os estudantes;
5. Considerando que as obrigações de índole social que o Município se impõe em matéria de transporte coletivo de passageiros estão atribuídas aos TUB, cujo objeto social principal consiste precisamente na "prestação de serviço público de transporte de passageiros", entidade cuja criação e desenvolvimento foi, aliás, pensada precisamente com o objetivo de cumprir essa missão;
6. Considerando que os TUB devem apresentar resultados anuais equilibrados, conforme disposto no nº 1 do artigo 40.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
7. Considerando que os TUB vem efetivamente apresentando resultados equilibrados, sendo que nos últimos cinco exercícios conseguiu resultados líquidos anuais positivos (depois de impostos);

Sandra
H. O.
P.



8. Considerando que, não obstante o considerando anterior, o balanço da TUB reflete ainda resultados transitados negativos pelo montante de 6 119 511,48 euros, decorrentes de prejuízos reconhecidos nos exercícios subsequentes à sua constituição em 1999, considerando que o Município apenas efetuou transferências para cobrir os prejuízos verificados nos exercícios de 2006, de 2008, de 2009 e de 2013;
9. Considerando que, nos termos do art.º31.º/n.º 2 da Lei n.º53-F/2006, de 29/12 e do art.º 40.º/n.º2 da Lei n.º50/2012, de 31/8, o Município, enquanto acionista único, deveria ter efetuado transferências financeiras para equilibrar os resultados de exploração dos TUB;
10. Considerando que o Município é o acionista único dos TUB, e que são de aplicar as regras definidas na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, inclusive em matéria de equilíbrio financeiro das contas das empresas do setor empresarial local,


É celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª – Objeto

O presente contrato, celebrado nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as partes se obrigam com o propósito de assegurar o pagamento pelo Município aos TUB de compensações justificadas pela disponibilização de transporte que esta assegura, em condições de preço equiparáveis às praticadas nas demais situações, em zonas de baixa densidade populacional e/ou em horários de fraca afluência de utentes, bem como pela prática de preços reduzidos por razões sociais, consubstanciada no estabelecimento dos preços dos títulos de assinatura de transporte (passes) com vários níveis de descontos, moldados segundo as diversas categorias de utentes.

Cláusula 2ª – Obrigações e Direitos

1. Os TUB obrigam-se a executar as atividades referidas na cláusula anterior, assumindo a pretendida prática de preços abaixo do preço de mercado nos casos em que tal propósito decorra da política social definida pelo Município e nas respetivas condições, bem como a disponibilizar carreiras em linhas intrinsecamente deficitárias em razão dos objetivos de servir zonas de habitação dispersa e afastada da cidade com adequada cobertura dos horários adequados às necessidades dos utentes.

Sandra Aguiar
f-20


2. Com vista à cobertura do défice de rendimentos decorrente das condições de exploração referidas no parágrafo anterior, o Município obriga-se a conceder diretamente aos TUB uma compensação financeira (subsídio à exploração) no montante de 5 649 985,95 euros, a que acrescerão as transferências providas da Administração Central – tudo conforme estimativas a seguir resumidamente enunciadas e com expressão quantificada nos documentos juntos como Apêndices I a IV.

3. Partindo do tarifário base fixado pelo Município, que se assume como preço de mercado enquanto valor proposto aos utentes indiferenciados, computa-se, à luz da experiência passada e das projeções para o final do corrente exercício de 2019, que os efeitos na redução dos rendimentos decorrentes da atribuição de títulos de transporte em condições beneficiadas se cifre em 5 396 454,40 euros, conforme apuramento desenvolvido no Apêndice I. Seguidamente, computa-se qual a parte do défice gerado pelas carreiras das linhas com gastos superiores aos rendimentos que não é coberto pelo superavit das linhas lucrativas, conforme Apêndice II, onde se expressa um défice global de 172 725,50 euros para o primeiro semestre do corrente exercício de 2019 – valor que linearmente extrapolado para o final do exercício conduz à estimativa, para compensar a insuficiência de rendimentos das linhas deficitárias, de uma necessidade de financiamento anual de 345 451,00 euros.

4. Nos termos expressos no número 3. anterior, computam-se em 5 741 905,40 euros as necessidades de financiamento para assegurar aos TUB a exploração da sua atividade em condições comparáveis àquelas que ocorreriam em condições normais de mercado

5. Paralelamente tomam-se em conta, a deduzir às necessidades de financiamento, os rendimentos consubstanciados nas transferências financeiras que o Município fará para os TUB relativamente às participações da Administração Central relativas a descontos sociais aplicados aos passes 4_18@escola.pt e sub23@superior.tp, cujos valores se estimam, respetivamente, com base nos valores finais projetados para 2019, em, 13 128,35 euros e 78 791,10 euros – no total de 91 919,45 euros.

6. Tudo ponderado, conclui-se pela necessidade da compensação financeira suprarreferida no número 2, de 5 649 985,95 euros conforme vem expresso no Resumo do Apêndice IV, onde também se desenvolvem notas explicativas dos cálculos efetuados.

Sandra Regina
+ D.
/



Cláusula 3ª. – Justificação e medidas de eficácia e eficiência

Nos termos do nº 2 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, explicitam-se os seguintes aspetos quanto ao presente contrato-programa.


1. **Fundamento** – A razão determinante do presente contrato programa consiste na execução dos propósitos do Município em assegurar, por via dos TUB, a universalidade e continuidade do serviço de transporte de passageiros no concelho de Braga, satisfazendo as necessidades básicas dos cidadãos em condições de discriminação positiva de classes sociais especialmente carenciadas de apoio nessa área, tendo presente o imperativo de promover a coesão económica e social local, de acordo com os princípios orientadores definidos no nº 1 do artigo 46º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, designadamente:

a) prestar os serviços de interesse geral na respetiva circunscrição, procurando eliminar/reduzir a desvantagem das populações residentes em zonas mais distantes da cidade e de habitação mais dispersa;

b) promover o acesso, em condições financeiras equilibradas, da generalidade dos cidadãos a bens e serviços essenciais, procurando adaptar as taxas e as contraprestações devidas às reais situações dos utilizadores, à luz do princípio da igualdade material;

num quadro de construção de soluções de sustentabilidade em termos ambientais e de desenvolvimento equilibrado do território.

2. **Finalidade** – Pretende-se assegurar a eliminação ou atenuação da discriminação relativa à mobilidade das pessoas decorrente das situações de carência económica e do local de residência, proporcionando uma efetiva possibilidade de deslocação em condições de qualidade e tempo adequadas às necessidades de cada um. Têm-se naturalmente presentes as particularidades dos cidadãos pertencentes a grupos socioeconómicos mais dependentes do transporte público, tais como idosos, estudantes e pessoas de mobilidade reduzida (deficientes) – estabelecendo-se adequada discriminação positiva através da atribuição de descontos sociais de nível variado nos títulos de assinatura mensal (passes), aprovados pelo Município e vendidos pelos TUB, bem como assegurar a cobertura integral do serviço de transporte coletivo de passageiros às 37 freguesias do concelho de Braga, de forma a promover a coesão social e territorial.

Sandra G.
H.O.

R

Junta-se, como Apêndice III, um Mapa da Rede Regular dos TUB que define a atual área de intervenção.

3. Montantes – Os valores previstos no presente contrato, calculados nas condições e tendo por base os pressupostos referidos acima, foram ajustados em sede de negociação prévia entre os TUB e o órgão executivo do Município, nos termos do nº 4 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, tendo por base o valor dos descontos sociais concedidos em 2019 e o défice das linhas não lucrativas – conforme se concretizou acima.

4. Medida de eficácia e eficiência – A avaliação do cumprimento dos objetivos cuja realização o presente contrato-programa pretende garantir será medida essencialmente pela eficácia conseguida em termos de efetiva cobertura com rede regular de transporte de passageiros de todas as 37 freguesias do concelho de Braga, por via da manutenção das linhas que vêm elencadas no Apêndice II e conforme refletido também no mapa que constitui o Apêndice III, bem como promover que pelo menos 188 mil carregamentos anuais de passes com descontos sociais sejam feitos durante o ano de 2020.

A monitorização será garantida, por um lado, por via da análise da efetiva disponibilização de carreiras em horários adequados em todas as linhas da operação, segundo as exigências de cada uma – conforme publicitação no sítio dos TUB na internet e através da análise de eventuais solicitações, reparos ou queixas dos utentes e, por outro lado, pela análise do efetivo grau de adesão à aquisição de títulos de transporte em condições beneficiadas.

Adicionalmente, será mantido um sistema de contabilidade analítica que permita uma adequada avaliação da rentabilidade (positiva ou negativa) de cada uma das linhas de transporte – o que, para além do conhecimento retrospectivo do resultado de cada uma, será aproveitado para o estudo de eventuais ajustes do número de carreiras e ou de horários.

Na perspetiva da eficiência na utilização dos recursos, ter-se-á especialmente em conta a análise comparativa da evolução das diversas categorias de gastos, à luz também da evolução do nível de atividade (mais ou menos carreiras, mais ou menos passageiros, etc.)

O relatório de gestão fará relato dos graus de eficácia e de eficiência conseguidos.

Cláusula 4ª – Montante global e escalonamento do pagamento

1. Os montantes apurados no presente contrato-programa perfazem o valor total de 5 741 905,40 euros, donde, excluindo o montante de 91 919,45 euros de transferências provenientes da Administração Central, decorre o valor de 5 649 985,95 euros assumido como subsídio global a atribuir pelo Município.

2. O pagamento do referido subsídio de 5 649 985,95 euros será processado em doze prestações mensais de 470 832,16 euros, devendo o restante valor relativo às transferências da Administração Central, valor estimado em 91 919,45 euros, ser transferido para os TUB, pelo montante total recebido, logo que seja abonado ao Município.

Cláusula 5ª – Vigência do Contrato

1 - O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do fiscal único, produz efeitos no próximo ano de 2020, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas e é celebrado por proposta do órgão executivo do Município para aprovação pela Assembleia Municipal, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47.º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

2 - Considerando que, os TUB e a Câmara Municipal de Braga - Autoridade de Transporte Municipal -, estão em processo de celebração do contrato de serviço público de transporte de passageiros, ao abrigo do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros aprovado pela Lei n.º 52/2015, encontrando-se neste momento o mesmo a ser objeto de apreciação pela entidade reguladora – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes –, prevendo-se que o seu início de produção de efeitos não ocorra antes de 1 de janeiro de 2020, atenta a necessidade de ainda o submeter à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

3 - Nesse sentido, o presente contrato programa tem a duração até 31 de dezembro de 2020 ou até à data de entrada em vigor do contrato de concessão de Transporte Público de Passageiros (TPP) do Concelho com a autoridade de transporte municipal.

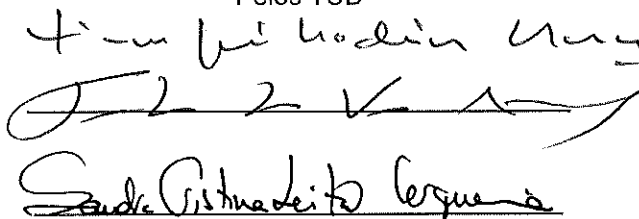
Cláusula 6ª – Integração nos Instrumentos de Gestão Previsional

Os valores do presente contrato-programa integrarão os Instrumentos de Gestão Previsional dos TUB para o ano em causa, sendo os mesmos acompanhados do parecer do fiscal único nos termos da alínea j) do nº 6 do artigo 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Braga, 21 de outubro de 2019.

Pela Câmara Municipal de Braga

Pelos TUB



Sandra Aguiar
10.

Apêndice I – Projeção das vendas de passes com descontos sociais – ano 2019 (*)

Quantidade

PASSES / COROAS	01	02	03	TOTAL
Estudante:				
25%	15 549	3 470	10 838	29 857
50%	6 253	4 263	8 868	19 384
75%	5	0	0	5
100%	28 160	15 260	8 470	51 890
4_18	594	164	392	1 150
Sub23	5 321	523	1 853	7 697
Sub-total	55 882	23 680	30 421	109 983
Reformado/Terceira Idade/TRL	30 165	9 170	65 271	104 606
Jovem Múncipe	2 291	761	2 149	5 201
Def./Acomp.	4	4	3 307	3 315
Acomp. Def 50%	117	41	382	540
TOTAL	88 459	33 656	101 530	223 645

(Valores em €)

PASSES / COROAS	01	02	03	Receita Direta	Receita Total	Descontos
Estudante:						
25%	298 540,80 €	95 772,00 €	344 106,50 €	738 419,30 €	982 304,65 €	243 885,35
50%	79 413,10 €	78 439,20 €	188 888,40 €	346 740,70 €	692 068,80 €	345 328,10
75%	32,75 €	0,00 €	0,00 €	32,75 €	126,75 €	94,00
100%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 634 636,00 €	1 634 636,00
4_18	5 999,40 €	2 410,80 €	6 664,00 €	15 074,20 €	37 744,90 €	22 670,70
Sub23	53 742,10 €	7 688,10 €	31 501,00 €	92 931,20 €	232 860,10 €	139 928,90
Sub-Total	437 728,15 €	184 310,10 €	571 159,90 €	1 193 198,15 €	3 579 741,20 €	2 386 543,05
Reformado/TI/TRL	197 580,75 €	83 447,00 €	776 724,90 €	1 057 752,65 €	3 875 697,75 €	2 817 945,10
Jovem Múncipe	43 987,20 €	21 003,60 €	68 230,75 €	133 221,55 €	177 376,10 €	44 154,55
Def./Acomp.	4,00 €	4,00 €	3 307,00 €	3 315,00 €	140 795,90 €	137 480,90
Acomp. Def 50%	1 485,90 €	754,40 €	8 136,60 €	10 376,90 €	20 707,70 €	10 330,80
TOTAL	680 786,00 €	289 519,10 €	1 427 559,15 €	2 397 864,25 €	7 794 318,65 €	5 396 454,40 €

(*) Considerando:

Projeção, a 31 de dezembro de 2019 das quantidades vendidas por títulos de transporte com desconto:


- Quantidades efetivas vendidas para utilização de janeiro a setembro de 2019;
- Quantidades efetivas vendidas para utilização em outubro, novembro e dezembro de 2018;
- Tarifário em vigor para o ano de 2019;
- Descontos calculados em função do preço do passe normal.

Sandra Aguiar
f. O.



Apêndice II – Resultado Exploração das Linhas – 1º Semestre 2019

Linha	Gastos	% Gastos	Rendimentos	% Rendimentos	Saldos
2	208 559,53 €	4,38%	274 313,63 €	5,98%	65 754,10 €
5	127 158,45 €	2,67%	95 645,10 €	2,09%	-31 513,35 €
6	42 807,89 €	0,90%	26 387,49 €	0,58%	-16 420,40 €
7	256 760,72 €	5,40%	345 324,01 €	7,53%	88 563,29 €
9	132 863,27 €	2,79%	127 868,44 €	2,79%	-4 994,83 €
12	56 350,37 €	1,18%	38 715,06 €	0,84%	-17 635,31 €
13	112 271,35 €	2,36%	66 484,07 €	1,45%	-45 787,28 €
14	120 152,38 €	2,52%	79 423,26 €	1,73%	-40 729,12 €
18	78 004,62 €	1,64%	81 339,75 €	1,77%	3 335,13 €
19	58 789,13 €	1,24%	51 689,94 €	1,13%	-7 099,19 €
20	51 168,10 €	1,08%	50 467,45 €	1,10%	-700,65 €
21	57 409,72 €	1,21%	47 835,26 €	1,04%	-9 574,46 €
24	246 274,24 €	5,18%	232 417,70 €	5,07%	-13 856,54 €
31	17 035,80 €	0,36%	10 533,05 €	0,23%	-6 502,75 €
32	55 253,25 €	1,16%	40 384,81 €	0,88%	-14 868,44 €
33	132 224,31 €	2,78%	126 557,28 €	2,76%	-5 667,03 €
34	12 593,79 €	0,26%	5 810,34 €	0,13%	-6 783,45 €
35	68 015,96 €	1,43%	42 439,89 €	0,93%	-25 576,07 €
36	56 064,89 €	1,18%	32 225,45 €	0,70%	-23 839,44 €
37	99 178,45 €	2,08%	62 140,40 €	1,36%	-37 038,05 €
38	27 306,97 €	0,57%	18 686,60 €	0,41%	-8 620,37 €
39	21 119,82 €	0,44%	16 294,21 €	0,36%	-4 825,61 €
40	119 906,71 €	2,52%	115 786,95 €	2,52%	-4 119,76 €
41	123 255,68 €	2,59%	134 937,40 €	2,94%	11 681,72 €
42	2 178,35 €	0,05%	2 636,60 €	0,06%	458,25 €
43	130 399,92 €	2,74%	200 028,87 €	4,36%	69 628,95 €
44	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €
45	131 023,23 €	2,75%	153 996,55 €	3,36%	22 973,32 €
46	5 722,56 €	0,12%	1 516,32 €	0,03%	-4 206,24 €
50	19 705,28 €	0,41%	10 875,64 €	0,24%	-8 829,64 €
52	75 510,30 €	1,59%	56 594,33 €	1,23%	-18 915,97 €
53	40 494,68 €	0,85%	19 511,02 €	0,43%	-20 983,66 €
54	18 302,29 €	0,38%	11 221,23 €	0,24%	-7 081,06 €
57	25 779,73 €	0,54%	16 649,64 €	0,36%	-9 130,09 €
58	78 279,32 €	1,65%	65 634,13 €	1,43%	-12 645,19 €
59	32 625,12 €	0,69%	26 005,13 €	0,57%	-6 619,99 €
60	14 351,20 €	0,30%	10 162,84 €	0,22%	-4 188,36 €
63	69 435,43 €	1,46%	54 854,78 €	1,20%	-14 580,65 €
70	15 710,62 €	0,33%	11 457,13 €	0,25%	-4 253,49 €
72	41 349,66 €	0,87%	40 563,65 €	0,88%	-786,01 €
73	125 379,33 €	2,63%	112 180,66 €	2,45%	-13 198,67 €

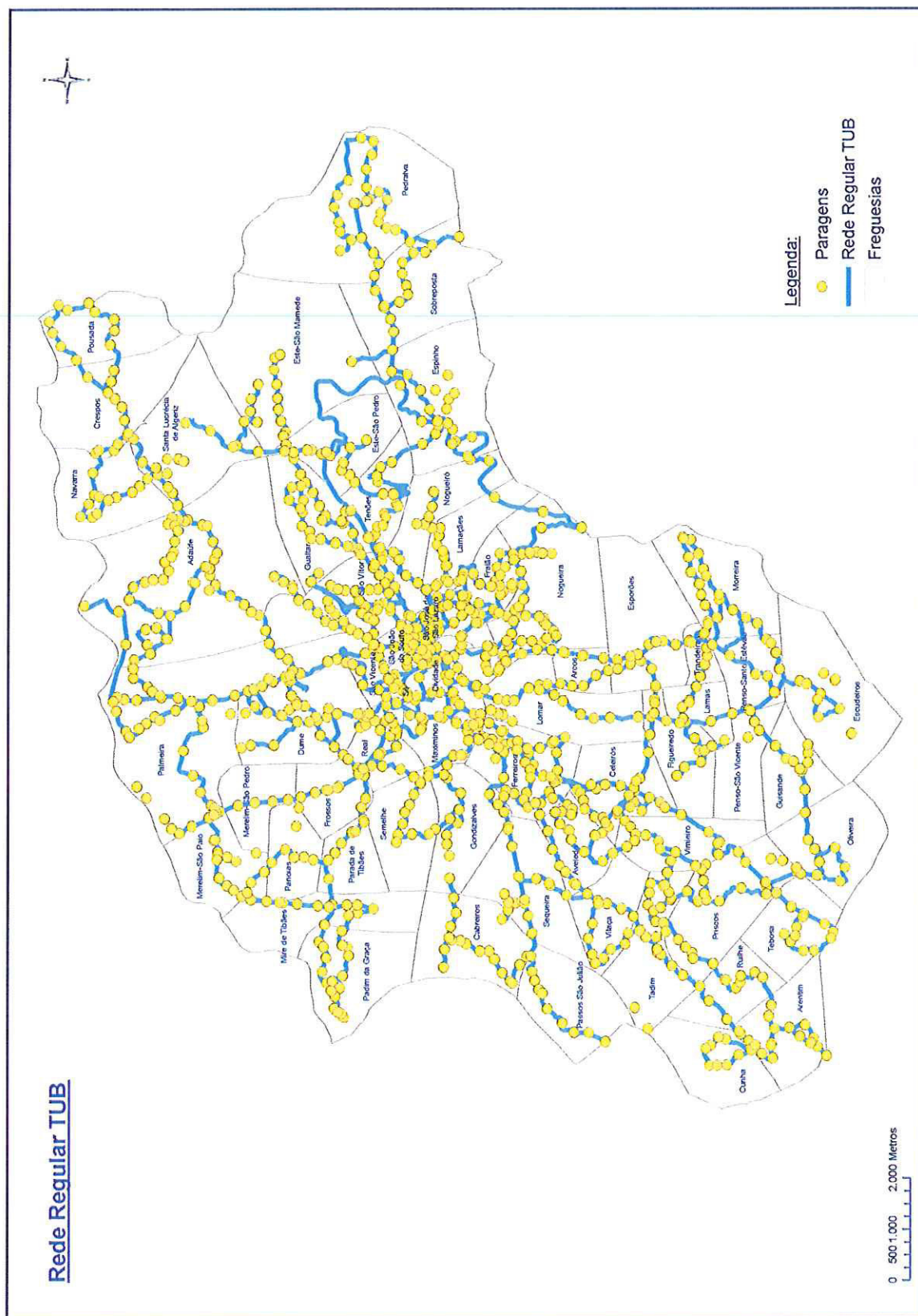
Saudade
 40. 

Linha	Gastos	% Gastos	Rendimentos	% Rendimentos	SalDOS
74	239 066,20 €	5,02%	361 520,67 €	7,88%	122 454,47 €
76	2 809,02 €	0,06%	1 419,59 €	0,03%	-1 389,43 €
80	60 188,09 €	1,26%	54 621,61 €	1,19%	-5 566,48 €
81	22 871,33 €	1,26%	19 349,65 €	0,42%	-3 521,68 €
84	29 274,41 €	0,62%	12 885,73 €	0,28%	-16 388,68 €
85	115 116,82 €	2,42%	76 317,29 €	1,66%	-38 799,53 €
87	174 697,05 €	3,67%	289 620,99 €	6,32%	114 923,94 €
88	71 762,79 €	1,51%	44 865,85 €	0,98%	-26 896,94 €
90	216 807,27 €	4,56%	245 921,13 €	5,36%	29 113,86 €
94	119 321,74 €	2,51%	76 336,65 €	1,66%	-42 985,09 €
95	258 919,26 €	5,44%	297 383,01 €	6,48%	38 463,75 €
96	237 563,46 €	4,99%	199 049,46 €	3,58%	-38 514,00 €
900	237 563,46 €	0,10%	1 046,20 €	0,02%	-6 417,59 €
907	7 463,79 €	0,30%	4 043,05 €	0,09%	-12 968,12 €
911	17 011,17 €	0,08%	293,98 €	0,01%	-6 178,12 €
914	6 472,10 €	0,14%	770,80 €	0,02%	-8 543,48 €
920	9 314,28 €	0,18%	871,43 €	0,02%	-10 436,45 €
928	11 307,88 €	0,14%	262,08 €	0,01%	-9 059,62 €
933	9 321,70 €	0,14%	1 677,38 €	0,04%	-7 490,76 €
935	9 168,14 €	0,08%	1 255,76 €	0,03%	-5 475,62 €
937	6 731,38 €	0,08%	1 094,45 €	0,02%	-5 372,37 €
942	6 466,82 €	0,09%	1 483,98 €	0,03%	-5 267,00 €
943	6 750,98 €	0,46%	7 915,15 €	0,17%	-16 828,20 €
945	24 743,35 €	0,09%	375,31 €	0,01%	-6 570,99 €
949	6 946,30 €	0,29%	2 813,69 €	0,06%	-13 835,01 €
Total	4 793 516,45 €		4 620 790,95 €		-172 725,50 €

Sandra Regina
f. w.



Apêndice III – Mapa da Rede Regular 2019



Sandra Aguiar


Apêndice IV – Resumo

	Valores em €	
	Parcial	Total
ATIVIDADES EXPLORADAS EM CONDIÇÕES DE PREÇO INSUFICIENTE EM TERMOS DE MERCADO		
Descontos Sociais		
Estudantes	2 386 543,05	
Reformados/Terceira Idade/TRL	2 817 945,10	
Jovem Múncipe	44 154,55	
Deficiente/acompanhante	147 811,70	5 396 454,40
Défice de exploração relativo a linhas deficitárias		345 451,00
SOMA		5 649 985,95
COMPENSAÇÕES PROVENIENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
Descontos sociais aplicados aos passes 4_18@escola.tp		13 128,35
Descontos sociais aplicados aos passes Sub23@escola.tp		78 791,10
REMANESCENTE A SER TRANSFERIDO, EM PRESTAÇÕES MENSAS, PELO MUNICÍPIO A TÍTULO DE SUBSÍDIO DE EXPLORAÇÃO		5 741 905,40


NOTAS EXPLICATIVAS:

Descontos Sociais

Quanto a esta rubrica de Descontos Sociais, que se consubstanciam na venda de títulos de transporte (passes) a preços inferiores aos de mercado, para as categorias de utentes que vêm indicadas no quadro acima, seguiram-se os seguintes critérios de quantificação:

- a) Partiu-se do tarifário base fixado pelo Município, o qual foi acolhido como preço de mercado enquanto valor efetivamente praticado pelos TUB relativamente aos utentes indiferenciados a quem os TUB não confere qualquer apoio social;
- b) Seguidamente, levaram-se em consideração as diversas vertentes do estabelecimento de preços diferenciados, em baixa – no quadro das funções de ordem social atribuídas pelo Município aos TUB em matéria de transportes urbanos de passageiros, conforme segue e vem quantitativamente resumido no anexo que se junta com a designação de Projeção das vendas de passes com descontos sociais – ano 2019;
 - i. Para cada vertente de diferenciação dos preços estimaram-se, com base nas projeções efetuadas para 2019 e assumindo-as, à luz da efetiva realização até 100% como extrapoláveis para 2019, as quantidades de passes sociais de cada tipo (coroas 01, 02 e 03) que serão vendidas;

Por exemplo, para o caso dos estudantes a quem se atribui um desconto de 25% estimou-se que seria vendido em 2019 um total de 29 857 passes sociais, repartido por 15 549/coróa 01, 3 470/coróa 02, 10 838/coróa 03.

Sandra Carr
H.D.




- ii. A seguir apurou-se o valor total que previsivelmente se viria a obter com a venda dos passes sociais, a que se chamou "Receita Direta";

Continuando com exemplo dos estudantes com desconto de 25%, apurou-se que os passes previsivelmente vendidos gerarão uma "Receita Direta" de €738 419,30, repartida por € 298 540,80, € 95 772,00 e € 344 106,50, respetivamente para os passes tipo coroa 01, coroa 02 e coroa 03;

- iii. Depois, apurou-se a receita que seria obtida pela venda dos passes sociais na hipótese da prática do preço de mercado fixado pelo Município para os utentes indiferenciados – que podemos chamar "Receita Total" que, para o mesmo exemplo, se cifra em € 982 304,65;
- iv. A terminar, apurou-se o valor da coluna "Descontos" pela diferença entre a "Receita Total" e a "Receita Direta" – que no caso do mesmo exemplo é de € 243 885,35.

Linhas de Exploração Deficitária

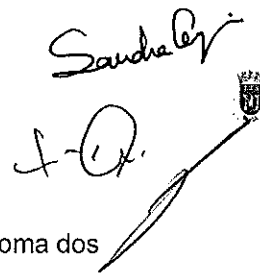
Relativamente às linhas de exploração deficitária, que os TUB exploram para assegurar o transporte de passageiros em zonas de baixa densidade populacional e/ou a realização de carreiras em horários de reduzida procura, seguiram-se os seguintes critérios de quantificação:

- c) Computou-se, quanto ao primeiro semestre de 2019, o prejuízo efetivamente gerado pelas linhas de exploração deficitária, para localidades de baixa densidade de utentes e/ou com carreiras em horários de fraca afluência, que são mantidas no quadro das obrigações de serviço público de que o Município incumbiu aos TUB, apurando-se que esse prejuízo não era compensado pela exploração lucrativa das restantes linhas pelo montante de 172 725,50 – conforme anexo designado por Resultado Exploração das Linhas – 1º Semestre 2019 e elementos da contabilidade analítica que lhe vão juntos;
- d) Admitiu-se, pela experiência do passado, que no segundo semestre de 2019 se conseguiria um desempenho semelhante ao do primeiro semestre, com base no que se estimou que o prejuízo anual das linhas de exploração deficitária não coberto pela exploração das linhas lucrativas seria de 345 451,00 € ($172\,725,50 \times 2$) – assumindo-se o mesmo como valor de referência para estimar o subsídio adequado na vertente agora em apreciação;

Compensações provenientes da Administração Central

- e) Estimou-se, conforme notas anteriores, o montante de € 5 649 985,95 como necessário para assegurar aos TUB condições de exploração comparáveis com as de mercado – a

Sandra Py
f. Q.



partir do que se tomou, a abater, o montante de € 91 919,45 correspondente à soma dos valores que, por via do Município, aos TUB receberá da Administração Central nas verbas de €13 128,35 de € 78 791,10, conforme explicitado no quadro acima;

- f) Esclarece-se que também os valores referidos na alínea anterior foram estimados para 2020 com base no que se verificou quanto a 2019.

